

Deco pede aos deputados medidas para travar sobreendividamento

12 Julho 2012 | 23:30

RaquelGodinho - rgodinho@negocios.pt

A associação de defesa do consumidor defende que medidas para combater o incumprimento no crédito à habitação sejam aplicadas ao crédito pessoal.



Continuam a decorrer, na [Assembleia da República](#), as audições do grupo de trabalho dos contratos de [crédito à habitação](#). Hoje é a vez da Deco. A Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor tem vindo a defender que também os restantes tipos de crédito sejam abrangidos pela nova legislação. E pretende também que seja definida uma taxa de usura nos empréstimos à habitação.

A palavra é hoje dada aos consumidores, através da Deco. Depois de conhecidas as propostas dos vários partidos, esta instituição tem apelado para que os restantes segmentos de crédito,

nomeadamente o crédito pessoal, sejam alvo de análise, uma vez que a grande maioria das famílias em dificuldade tem cinco ou mais créditos para pagar.

No início de Julho, a Deco publicou um comunicado no qual defendia que, à semelhança do já acontece actualmente nos créditos ao consumo, seja definida uma taxa de usura no crédito à habitação. Ou seja, que o Governo coloque um travão à escalada dos "spreads" e que seja definida uma taxa máxima a partir da qual seja considerado crime de usura.

A Deco apresentou também, em Maio, um pacote de mais de 30 medidas para travar o sobreendividamento das famílias à troika e ao Governo. Estas vão desde reduzir o risco de incumprimento, até às fases de negociação ou já em tribunal. Algumas das propostas vão de encontro às que foram apresentadas pelos deputados. Entre as propostas da Deco, destaca-se que, na fase da renegociação, se proíba o agravamento do "spread" como consequência do prolongamento do contrato, da modificação do estado civil ou desemprego.

A discussão das 18 propostas apresentadas pelos grupos parlamentares começou na semana passada. A Associação Portuguesa de Bancos (APB) representada pelo seu presidente, Faria de Oliveira, alertou para os riscos que as medidas propostas pelos partidos políticos podem representar para o sistema financeiro. O "chairman" da [CGD](#) sublinhou que estas medidas podem criar "uma cultura de incumprimento generalizado" e que "um verdadeiro problema de 'subprime' em Portugal, não se encontra, de todo, excluído". A APB apresentou também um código de boas práticas a ser seguido pelos bancos, de modo a solucionar situações mais graves de sobreendividamento, durante um período de tempo transitório.

Já a equipa do [Banco de Portugal](#) que foi ouvida esta terça-feira, à porta fechada, alertou para as consequências que pode ter uma generalização da dação em cumprimento na economia, segundo o "Diário Económico". A entrega da casa ao banco é uma das medidas propostas por todos os grupos parlamentares, ainda que com características e critérios distintos.